

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA RELAÇÃO ENTRE BRASIL E VENEZUELA.

Anna Iza Moreira de Araújo¹

RESUMO

O presente artigo trata sobre as consequências da política externa brasileira na economia Venezuelana. Aborda também a questão da hegemonia dos Estados Unidos da América no continente americano e seus reflexos na economia da Venezuela, Brasil e demais países das Américas. Para isso foi feita uma revisão bibliográfica sobre a Política Externa Brasileira e sua conexão com a Venezuela; as transformações das relações internacionais da Venezuela e, por fim, a identificação das causas da deterioração da economia Venezuelana, nos últimos vinte anos. Concluiu-se que, a Venezuela adotou uma política macroeconômica que não considerou os choques existentes frente ao petróleo – seu maior produto de exportação, mas também teve sua situação agravada pela influência norte-americana na América Latina.

Palavras-chave: Política Externa; Relações Brasil – Venezuela; Parceiros comerciais; Crise.

ABSTRACT

This article deals with the consequences of Brazilian foreign policy on the Venezuelan economy. It also addresses the issue of the hegemony of the United States of America on the American continent and its effects on the economy of Venezuela, Brazil and other countries in the Americas. To this end, a literature review was carried out on Brazilian Foreign Policy and its connection with Venezuela; the transformations of Venezuela's international relations and, finally, the identification of the causes of the deterioration of the Venezuelan economy in the last twenty years. It was concluded that Venezuela adopted a macroeconomic policy that did not consider the existing shocks against oil - its largest export product, but also had its situation aggravated by U.S. influence in Latin America.

Keywords: Foreign Policy; Relations Brazil-Venezuela; Business Partners; Crisis.

¹ Estudante, graduada em Direito pela Faculdade da Amazônia Ocidental, graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, pós-graduanda em direito constitucional pelo Damásio Educacional, e-mail: anna.araujo@ufu.br.

1 INTRODUÇÃO

A política externa brasileira sofreu alterações no que diz respeito a sua postura em relação à Venezuela muito por conta de questões ideológicas e políticas dos últimos governos. O presente artigo visa dissertar, demonstrar e apresentar consequências e repercussões das mudanças de postura brasileira em relação à Venezuela.

Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a Política Externa Brasileira desde o primeiro governo Lula (2003) até o segundo ano do governo Bolsonaro (2020), apreendeu-se as mudanças de dentro da Política Externa Brasileira (PEB) para América do Sul, especificamente, com a Venezuela, para que se observasse as causas da deterioração dessa relação.

Posteriormente, apreendeu-se as relações internacionais da Venezuela e suas relações, no mesmo marco temporal, para se ter uma visão ampla do que aconteceu na Venezuela e a forma como isso impactou em suas relações internacionais. Por fim, foi feita uma análise da economia Venezuela e as causas de seu colapso para entender as relações de força existentes na América Latina, sob a influência norte-americana.

Com o desenvolvimento do trabalho concluiu-se que, as relações brasileiras com a Venezuela se transformaram devido as mudanças ideológicas dos governantes das duas regiões, visto que, no Brasil, houve uma mudança ideológica desde os governos petistas que são considerados de esquerda até a eleição de Bolsonaro que é orientado a direita. Essa mudança ideológica afeta não somente a população do Brasil ou seu ambiente interno, mas também afeta diretamente as relações comerciais e diplomáticas com os demais países. A Venezuela como país de fortes e grandes relações internacionais com o Brasil não passaria ilesa ou indiferente à mudança de posicionamento e ideologia brasileiro.

Dessa forma, a Venezuela-dentro dessa mudança ideológica brasileira- foi a que mais perdeu, uma vez que nas relações existentes em governos anteriores, havia ganhos e benefícios à Venezuela, coisa que com uma mudança brusca e radical de ideologia foi fortemente alterada.

Essa mudança, por si só, não destruiu a economia venezuelana, há outras causas entrelaçadas, foi constatado que a dependência das exportações internacionais de petróleo, que é o seu principal produto de exportação; a ausência

do aumento de uma reserva internacional; a hiperinflação foram fatores que juntos influenciaram a decadência da economia venezuelana e o imbróglio com os Estados Unidos, com a ascensão do governo Maduro piorou as condições. Assim sendo, esse trabalho preenche a lacuna sobre a complexidade da economia venezuelana e suas relações internacionais com o Brasil, sob a sombra da hegemonia norte-americana exercendo sua influência na Região.

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa do governo Lula foi definida pelo chanceler Amorim (2017) como uma “diplomacia ativa e altiva”. Em um contexto de “multipolaridades indefinidas”, na concepção de Amorim, verificava-se novo reordenamento do poder global em favor dos países em desenvolvimento, sobretudo os emergentes. Essa concepção deu a tônica do fortalecimento das relações Sul-Sul na agenda diplomática do governo Lula.

Inserem-se nesse contexto iniciativas diplomáticas como a defesa da liberalização do comércio agrícola pelo G20 comercial, a defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) pelo G4, a promoção da reforma da governança financeira e política global pelo BRICS, o fomento às relações entre a América do Sul e os países africanos (cúpulas ASA) e do Oriente Médio (cúpulas ASPA), a cooperação e o diálogo político com África do Sul e Índia no âmbito do IBAS.

O governo Lula se caracterizou por parceiros estratégicos no sul e também agir junto com outros países menores para coordenar interesses para aumentar seu poder de barganha, isso não implica em inviabilizar as negociações com os países ricos, porém busca-se o maior equilíbrio, mesmo com as relações com os Estados Unidos (EUA). Outro ponto é a participação regional ampliada, o que significa que não houve abandono de parceiros tradicionais e nem da política externa como instrumento de desenvolvimento econômico, mas sim, uma busca de parcerias para ampliação da autonomia do país (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Segundo Ricupero (2013), a política externa do governo Lula desenvolveu-se em quatro pilares principais: (i) a obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político global de primeira ordem (exemplificada pela atuação do país no G4, no G20, no BRICS e no IBAS); (ii) a consolidação de condições econômicas internacionais que favorecessem o desenvolvimento a partir das vantagens comparativas brasileiras,

concentradas na agricultura (objetivo que se expressou, primordialmente, na busca de conclusão da Rodada Doha da OMC); (iii) a ênfase na dimensão Sul-Sul (ou seja, entre os países emergentes ou em desenvolvimento da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania); e (iv) a edificação do espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana, a partir da expansão gradual do MERCOSUL.

As relações entre Brasil e os países que compõem a América do Sul são longínquas, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma aproximação, pois realizou-se a Cúpula Sul-Americana de 2000. Essas cúpulas tiveram continuidade, nos anos posteriores, e, em 8 de dezembro de 2004, durante o governo Lula (2003-2010), “iniciou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) composta por Argentina, Brasil, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru – além de Chile, Guiana e Suriname”. A CASA organizou uma série de cúpulas, e, em 16 de abril de 2007, o grupo passou a se chamar União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (VENTURA; BARALDI, 2008).

Para Ricupero (2013), a diplomacia de Lula, disposta a movimentos de esquerda sul americanos, produziu, em vários episódios, resultados mais afinados com uma visão partidária e ideológica do que com os interesses do país – a exemplo das relações com Bolívia, Cuba, Venezuela e os governos “bolivarianos”, além de Irã e Palestina. Nesse contexto, Brasil e Venezuela definem aliança estratégica em 2005.

No governo Dilma Rousseff (2011-2016), as linhas gerais de orientação foram mantidas em relação ao governo Lula, porém com um destaque menor, e com alguns ajustes de orientação foram empreendidos em meio à crise econômica e política no país. As relações com os EUA atravessaram período de distanciamento no contexto das revelações de espionagem contra o governo brasileiro (RICUPERO, 2013; CORNETET, 2014).

Com o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer (2016), a diplomacia brasileira passou a reivindicar a importância de resgatar negociações bilaterais de maneira paralela às negociações multilaterais da OMC, que se encontravam em impasse já há algum tempo (SILVA, 2019a).

Ímpeto negociador do MERCOSUL ganhou impulso pela convergência de posições com o governo de Mauricio Macri na Argentina, e os países do bloco conferiram nova dinâmica à negociação do acordo com a União Europeia e lançaram novas frentes negociadoras. A cooperação fronteiriça para o combate ao crime

organizado foi uma das prioridades avançadas pela política externa do governo Temer. No plano regional, o Brasil passou a condenar de maneira enfática as violações de direitos humanos realizadas pelo governo Nicolás Maduro na Venezuela e constituiu, com outros países latino-americanos, o Grupo de Lima para acompanhamento da situação na Venezuela (SILVA, 2019a).

O governo Bolsonaro tem provocado inflexões significativas com relação a posicionamentos de governos anteriores em diversas áreas, como: a prioridade conferida às relações com os EUA e com Israel, a defesa de maior abertura comercial, o relacionamento com os vizinhos sul-americanos e com Cuba e a abordagem dos direitos humanos nos foros multilaterais. Na formulação do governo atual, a política externa deve refletir os valores e os anseios da sociedade brasileira como nação, o que justificaria tais mudanças de curso (GOMES SARAIVA; COSTA SILVA, 2019).

No âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos), o Brasil tem coordenado posições sobre a crise venezuelana com o grupo intitulado G14 (ou em seu formato ampliado, intitulado “G14+”). O G14+ apresentou o projeto de resolução aprovado nessa ocasião. Diante da assunção da presidência por Nicolás Maduro, os países do Grupo de Lima, à exceção do México, concordaram em reavaliar suas relações diplomáticas com a Venezuela (o Paraguai foi o único país da região que rompeu relações diplomáticas com a Venezuela), adotar sanções a altos funcionários do regime venezuelano e suspender a cooperação militar com o regime Maduro (SILVA, 2021).

Além disso, reforçaram seu compromisso com o trabalho conjunto para o restabelecimento da democracia na Venezuela. O Brasil, assim como vários outros países das Américas – inclusive os EUA –, reconheceu Guaidó como “presidente encarregado” da Venezuela. Em nota publicada na ocasião, o Itamaraty afirmou que “o Brasil apoiará política e economicamente o processo de transição para que a democracia e a paz social voltem à Venezuela”. Entre os países do BRICS, o Brasil é exceção no reconhecimento a Juan Guaidó como presidente (SILVA, 2021).

3 VENEZUELA E SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O BRASIL E DEMAIS PAÍSES

A Venezuela, com a qual o Brasil tratava de estreitar seu relacionamento no fim da década de 1990, enfrentou turbulências políticas, no início dos anos 2000. No golpe de abril de 2002, três generais prenderam o presidente Chávez, e o presidente da Fedecámaras, principal organização empresarial do país, assumiu o governo com o apoio dos meios de comunicação (AMORÍM NETO, 2002).

Enquanto as camadas mais pobres da população da Venezuela eram, majoritariamente, favoráveis a Chávez. Elas ocuparam as ruas de Caracas e saquearam lojas, além disso, os regimentos militares sublevaram-se contra a presidência de facto. O governo da coalizão empresarial militar percebeu não ter condições internas de se sustentar, além de dificuldades externas para seu reconhecimento (CLEMENTE BATALHA; FERRO, 2004).

O Brasil desempenhou um papel construtivo, promovendo o diálogo entre as partes. O Grupo do Rio reprovou a ruptura da ordem constitucional venezuelana e solicitou a convocação urgente do Conselho Permanente da OEA, de acordo com a Carta Democrática Interamericana. A repercussão internacional e as manifestações de massa compeliram o governo golpista a renunciar, e Chávez retornou ao poder (SANTISO, 2002).

Desde o que foi considerado por muitos como um fracassado golpe militar contra Hugo Chávez, em 2002, o governo venezuelano adotou a aproximação das forças armadas como estratégia, promovendo militares de acordo com sua lealdade ao governo e atribuindo a eles a responsabilidade por atividades governamentais lucrativas, desde a compra de armas até a produção e a distribuição de comida e petróleo – a PDVSA, estatal Venezuela de petróleo e gás, é presidida por um general (CLEMENTE BATALHA; FERRO, 2004).

Nesse ponto, observa-se o aprofundamento das parcerias entre Venezuela e Brasil, pois, inicialmente, os governos dos dois países organizaram a participação conjunta da Petrobras e da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) na construção da refinaria Abreu Lima, em Pernambuco, porém, não houve acordo final, e o governo venezuelano falhou ao não cumprir com os acordos firmados. A usina, integralmente custeada pelo Brasil, ainda não foi completamente finalizada e funciona, parcialmente desde 2014. Esse é um dos exemplos de que a Venezuela foi, a partir do início da

década de 2000, importante parceira das empresas brasileiras, mesmo que esse projeto não tenha dado certo (GEHRE, 2010).

Isso porque a Venezuela desempenha papel relevante na área energética para o Brasil, exemplificado pelo fornecimento de eletricidade a Roraima, por meio do Linhão de Guri. Roraima é o único estado do Brasil que não está ligado ao sistema elétrico nacional, razão pela qual depende do fornecimento de energia do país vizinho – responsável por 85% da energia consumida em Roraima – e da geração por termelétricas – que é mais cara. O contrato de fornecimento de energia da Venezuela para o Brasil foi iniciado em 2001, com duração prevista de vinte anos (FERNANDA, 2019).

Daquela forma, mostrou-se a crescente parceria entre Brasil e Venezuela, a partir dos anos 2000. Para ilustrar esse crescimento, o Brasil e Venezuela estabeleceram aliança estratégica em 2005 “que dependia da atuação das forças econômicas. Logo, o segundo pilar da “aliança estratégica” referiu-se ao incremento comercial bilateral e a convergências nas grandes questões da ordem econômica internacional “ (GALVÃO, 2011, p. 479).

A partir de 2004, o fluxo comercial entre o Brasil e a Venezuela aumentou de forma nunca antes vista e as exportações atingiram novo recorde nesse mesmo ano, alcançando a cifra de US\$ 1,46 bilhão. Essa tendência de crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela corroborava o aprofundamento das relações bilaterais em uma fase de “aliança estratégica”.¹¹²¹ De 2003 a 2006, o intercâmbio manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras quanto das venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 2,9 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 528 milhões, o que representava um aumento significativo no comércio em relação ao total de 2005 (GALVÃO, 2011, p. 480).

As relações entre Venezuela e Brasil seguiram crescendo até 2006, porém em 2007, há uma inflexão nessas relações, mesmo com a continuidade de Chávez e Lula no poder e suas posições semelhantes, ideologicamente. Isso porque houve uma postura diferente de Chávez sobre seus poderes e a configuração do seu governo, além de “constantemente choques de interesses com o Brasil na América do Sul, especialmente no plano da liderança regional e da energia; muitos também consideram que a política armamentista venezuelana, também contribuiu para um “retraimento” do Brasil com respeito à Venezuela (GALVÃO, 2011, p. 497).

Durante o governo Dilma, em 2011, essas relações continuaram existindo de maneira mais retraída, o apoio do Brasil a entrada da Venezuela no Mercosul

continuou existindo e em 2012, a Venezuela foi incorporada ao Mercosul. Isso porque a complementaridade brasileiro-venezuelana seria uma das forças de adesão da Venezuela ao Mercosul (GALVÃO, 2011, p. 503).

No ano seguinte, Nicolás Maduro foi eleito presidente da Venezuela por estreita margem de votos. Maduro era vice-presidente de Hugo Chávez, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), que morrera naquele ano. Quando aquele chegou ao poder, a economia Venezuelana que vinha estagnada, passou a declinar, com níveis crescentes de inflação, além disso, o governo venezuelano passou a perseguir políticos opositores, realizar execuções extrajudiciais e reprimir manifestações públicas. Em resposta à repressão violenta a protestos, os EUA passaram a impor sanções a oficiais do governo venezuelano. A instabilidade instalou-se, mais uma vez, no interior da Venezuela e o exterior observava de maneira cuidadosa e, em 2014, o governo venezuelano junto ao principal partido de oposição, Mesa da Unidade Democrática (MUD), iniciaram um processo de diálogo, com o apoio da UNASUL (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

A Venezuela passou a instrumentalizar tais iniciativas de diálogo como manobras protelatórias para manter-se no poder. Em 2015, em eleições parlamentares nacionais, a maioria da Assembleia Nacional eleita foi de políticos opositores a Maduro. O governo venezuelano passou, então, a adotar uma série de medidas de restrição dos poderes e das competências da Assembleia Nacional, em movimentos respaldados pelo Tribunal Supremo de Justiça venezuelano, dominado por pessoas próximas ao governo (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

O Conselho Permanente da OEA observava de maneira atenta a situação Venezuela e realizou sessão extraordinária sobre a Venezuela, ocasião em que se aprovou, com voto favorável do Brasil, o não reconhecimento da legitimidade do mandato do regime de Nicolás Maduro, a partir daquela data. A resolução não se baseou explicitamente na Carta Democrática Interamericana, mas representou a decisão mais incisiva da OEA sobre a crise venezuelana até então (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

As sanções norte-americanas se aprofundaram devido a decisão mostrada, anteriormente e, em 2016, o governo Trump ampliou as sanções a oficiais e empresas venezuelanos, bem como empresas estrangeiras que transacionam com o regime Maduro, como meio de pressão. Nesse mesmo ano, a OEA convocou sessão urgente do Conselho Permanente para discutir a situação na Venezuela, invocando a Carta

Democrática Interamericana, uma vez que a alteração da ordem constitucional na Venezuela afetou a democracia no país. Nesse mesmo tempo, houve uma tentativa de negociação pelo representante da Santa Sé, porém não apresentou avanços concretos (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

No âmbito regional, a crise política no país é evidente para os seus vizinhos e muda o cenário político dos países do bloco, nesse momento, os grandes países têm viradas ideológicas muito diferentes. Houve a eleição de Mauricio Macri na Argentina, ao final de 2015, e a deposição de Dilma Rousseff, no Brasil, por meio de impeachment no ano seguinte com isso, ocorreu a suspensão do país do Mercosul, em 2016 (MALLMANN, 2017, p. 112)

Após a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, pelo descumprimento do protocolo de adesão ao bloco, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai aprovaram (2017) outra suspensão à Venezuela, agora por descumprir a cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia. No mesmo ano, o governo da Venezuela notificou o início do procedimento formal de denúncia da Carta da OEA, criticando a existência de alegadas “ações desrespeitosas e intervencionistas” contra o país. Além disso, Maduro convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, por meio da organização que o país tinha denunciado. A oposição entendeu como manobra para contornar a Assembleia Nacional, usurpando suas competências e aumentando os poderes presidenciais (MALLMANN, 2017).

O Brasil reconheceu as acusações feitas pela Oposição e passou a defender a necessidade de empenho dos países da região para que a OEA procedesse à efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, para exigir a pronta restauração do estado democrático de direito na Venezuela. Não houve, entretanto, número suficiente de votos na OEA para a eventual suspensão venezuelana da organização. De acordo com a Carta Democrática Interamericana, a decisão sobre a suspensão de um Estado membro deve ser adotada em um período extraordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA (AGOEA), pelo voto afirmativo de dois terços dos Estados membros – ou seja, 24 votos (MALLMANN, 2017).

Com o agravamento da crise Venezuelana e as diversas manobras do governo Maduro, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru constituíram o Grupo de Lima, que vem acompanhando a situação na Venezuela, defendendo uma solução pacífica e

negociada para a crise que enfrenta o país. Posteriormente, Guiana e Santa Lúcia também passaram a participar do Grupo (CHAVES GARCIA, 2020)

Em 2018, Maduro convocou novas eleições presidenciais, nas quais sagrou-se vitorioso com 67,8% dos votos, sendo reeleito para um mandato de seis anos a partir de janeiro de 2019. O processo eleitoral foi acusado de uma série de irregularidades: sua convocação foi instrumentalizada para favorecer Maduro e prejudicar opositores; o pleito foi realizado sem a participação de candidatos dos principais partidos políticos de oposição, entre os quais se incluíram diversos líderes da MUD; não se respeitou a independência entre os poderes; a eleição não teve observação internacional independente e não contou com garantias e padrões necessários a um processo livre, justo e transparente.(CHAVES GARCIA, 2020).

Importante ressaltar que toda essa suspeita de fraude, irregularidades, ilegalidades e inconstitucionalidade no processo eleitoral, não representa unanimidade entre especialistas, população e opinião pública venezuelana. Essas teses de profundos vícios no processo eleitoral se deve a uma parte da população e sociedade opositora, que pela importância da repercussão merece aqui ter mencionado esse ponto de vista.

A oposição boicotou o pleito, denunciando uma suposta fraude eleitoral, e a votação teve recorde de abstenções. Os resultados das eleições não foram reconhecidos por países do Grupo de Lima, pelos EUA, pelo G7 nem pela União Europeia, que consideraram o processo eleitoral juridicamente nulo. O governo brasileiro afirmou que o processo eleitoral não foi democrático e careceu de legitimidade e a AGOEA aprovou em 2018, com voto favorável do Brasil, resolução (AG/RES. 2929) que considerou ilegítimas as eleições venezuelanas e culminou à aplicação da Carta Democrática Interamericana, o que poderia resultar na suspensão do país da OEA (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

O passo seguinte nesse processo seria a convocação de uma sessão extraordinária da OEA, o que demandaria o voto de dois terços dos membros. A dificuldade de obtenção de votos de condenação à Venezuela entre os países da região deveu-se tanto ao apoio de países associados ao “bolivarianismo” – como o governo atual da Nicarágua (Daniel Ortega, desde 2007) e o governo da Bolívia de Evo Morales– quanto pela influência política e econômica exercida pelo governo venezuelano sobre os países caribenhos, sobretudo os participantes da Petrocaribe,

aliança que estabelece condições especiais para a venda de petróleo venezuelano e inclui doze dos quinze membros da CARICOM (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

As tentativas de que Nicolas Maduro saia do poder da Venezuela se intensificaram ao ponto de que pela primeira vez, na história do Tribunal Penal Internacional, os Estados partes do Estatuto de Roma denunciaram crimes cometidos em outro Estado parte. Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru solicitaram ao TPI a investigação de alegados crimes contra a humanidade cometidos pelo governo venezuelano desde 2014, quando ocorreu a primeira onda de protestos contra o governo Maduro. Cabe ao TPI decidir sobre a eventual abertura de uma investigação. O pleito foi, posteriormente, endossado por Alemanha, Costa Rica e França (NEVES; MELLO, 2018)

Todas as medidas mostradas, anteriormente, não suscitaram melhora no contexto social Venezuelano. A crise migratória levou o governo brasileiro a lançar a Operação Acolhida, programa de assistência a migrantes venezuelanos que têm ingressado no Brasil pela fronteira com o estado de Roraima. A Operação visa a recepcionar, abrigar e interiorizar essa população, com apoio de organizações internacionais. Por meio do processo de interiorização, até o fim de 2019, quase trinta mil venezuelanos foram encaminhados, em caráter voluntário, a 24 estados, com o objetivo de promover sua inserção socioeconômica (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

Em janeiro de 2019, a Assembleia Nacional invocou a Constituição venezuelana para declarar a ilegitimidade de Nicolás Maduro e a vacância do cargo de presidente, interinamente, assumido pelo deputado Juan Guaidó, presidente da Assembleia, único poder legitimamente eleito pela população venezuelana. Ante o início do que consideraram ser o mandato ilegítimo do regime de Nicolás Maduro (2019- 2025) na Venezuela, os países do Grupo de Lima, à exceção do México, não reconheceram a legitimidade do novo mandato presidencial e validaram o reconhecimento à Assembleia Nacional, legitimamente eleita (CAMPOS, 2019).

O governo brasileiro estabeleceu, em 2019, regras para proibir a entrada no Brasil de funcionários de alto escalão do governo de Maduro que, por seus atos, contrariam princípios e objetivos estabelecidos na Constituição Federal, atentando contra a democracia, a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos. Em 2020, o governo brasileiro impôs proibição de viagem a pessoas ligadas ao regime de Maduro, estabeleceu prazo para a retirada dos funcionários diplomáticos

ligados ao regime Maduro do Brasil e repatriou todos os funcionários do corpo diplomático brasileiro que trabalhavam na embaixada e nos consulados brasileiros na Venezuela (CAMPOS, 2019).

Em sessão do Órgão de Consulta do TIAR realizada em 2019, foi aprovada

resolução onde se afirmara existir uma ameaça no que diz respeito ser um regime ilegítimo o de Nicolás Maduro oferecendo riscos à segurança e estabilidade do hemisfério. A resolução estabelece um mecanismo operacional coletivo para investigar e levar à justiça pessoas e entidades do regime Maduro vinculadas à narcoguerrilha e ao terrorismo, bem como os responsáveis pelo cometimento de graves violações de direitos humanos, corrupção e lavagem de dinheiro. Foi justificado que o objetivo de tais ações seria de evitar que a Venezuela continuasse sendo território livre para atividades ilícitas e criminosas, que constituem graves ameaças à segurança regional, além de todo o prejuízo experimentado pelo povo venezuelano (BRASIL, 2019, *online*).

Em nova reunião, também realizada em 2019, o Órgão de Consulta do TIAR decidiu impor sanções a Nicolás Maduro e a 28 altos funcionários do governo ilegítimo venezuelano, que deverão ser submetidos pelas autoridades competentes dos Estados Partes do TIAR a investigações e medidas administrativas e judiciais por envolvimento com narcotráfico, terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro e violações de direitos humanos. Uma outra medida tomada foi, que as pessoas designadas deveriam ser impedidas de ingressar ou transitar no território dos Estados partes do TIAR. A manutenção do apoio militar a Maduro é chave para o desenrolar da situação venezuelana (CAMPOS, 2019).

Em agosto de 2019 a Organização dos Estados Americanos (OEA) aceitou o pedido de adesão da Venezuela ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) feito pelo autointitulado governo interino estabelecido pela Assembleia Nacional Venezuelana (ANV), seis anos após o país denunciar o instrumento. À primeira vista não são evidentes as razões pelas quais o TIAR, instrumento criado em 1947 com a função primordial de servir de mecanismo de proteção recíproca dos países do continente americano contra ameaças externas, poderia ser utilizado para a superação dos problemas internos venezuelanos. A readmissão da Venezuela ao TIAR em 2019 levanta não apenas o questionamento em relação à sua utilidade no século XXI, mas também discussões sobre aspectos jurídicos controversos, como a competência da ANV de requisitar o pedido de readmissão e a existência de um direito à intervenção humanitária ou pró-democrática por parte da comunidade internacional que sirva como base jurídica independente para o uso da força contra o território venezuelano (CAMPOS, 2019, p. 14).

Em 2019, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução (A/HRC/RES/42/25), copatrocinada pelo Brasil, que criou missão internacional independente de averiguação de fatos, com mandato amplo e

robusto, encarregada de investigar as graves e sistemáticas violações de direitos humanos cometidas na Venezuela desde 2014, com o objetivo de garantir a responsabilização dos violadores, a justiça para as vítimas e a garantia de não recorrência.

Em 2020, o regime Maduro solicitou ao procurador do TPI que investigue funcionários norte-americanos por “crimes contra a humanidade” resultantes da aplicação de sanções impostas pelos EUA. No mesmo ano, o governo estadunidense acusou, formalmente, Nicolás Maduro e outras autoridades de seu governo por crimes de associação com a repressão, a corrupção, a violação democrática e o narcotráfico. Além disso, o governo dos EUA apresentou uma proposta de “Moldura Institucional para a Transição Democrática na Venezuela”, que foi apoiado pelo Brasil e pelo Grupo de Lima como instrumento capaz de contribuir para o restabelecimento da democracia na Venezuela, de maneira coerente com as posições recentes por eles adotadas.

A proposta inclui medidas para pôr fim à grave crise política, econômica e humanitária por que passa a Venezuela, como a criação de um Conselho de Estado como autoridade provisória para exercer o poder Executivo no país, a libertação imediata de todos os presos políticos, a retirada de forças de segurança estrangeiras da Venezuela (o que inclui agentes cubanos no país) e a realização de eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e transparentes. A proposta previu, ainda, a retirada das sanções impostas pelos EUA e pela UE à Venezuela no decurso da eventual implementação dos passos arrolados na proposta.

O agravamento da crise econômica, social, humanitária e ambiental na Venezuela tem resultado no êxodo em massa de migrantes e requerentes de asilo e refúgio em países vizinhos. A emigração já atinge cerca de seis milhões de pessoas – ou 20% da população do país. O grande e inédito fluxo de migrantes forçados e refugiados na América do Sul, decorrente da crise política na Venezuela, tem causas ligadas, na avaliação do governo brasileiro, à ditadura de Nicolás Maduro e ao caos econômico, social e humanitário provocado por sua administração, com o apoio cubano, como forma de controle político.

A estratégia norte-americana para a Venezuela tem se baseado no aumento progressivo da pressão política, diplomática e econômica contra o regime Maduro, com o objetivo de forçar sua participação em negociações de boa fé para uma transição democrática. As sanções norte-americanas têm se estendido inclusive a empresas estrangeiras que operam na Venezuela, como a petroleira russa Rosneft.

Assim sendo, apreende-se que a questão Venezuela, quando se olha para o político é bastante complexa e o Brasil que, durante os governos petistas, tinham importantes laços com o país, atualmente, desempenha um claro posicionamento contrário a Nicolás Maduro, no âmbito político e que resvala no campo econômico, porém essa condição, não é motivo suficiente para explicar o colapso econômico venezuelano, conforme será argumentado no tópico seguinte.

4 ECONOMIA VENEZUELANA

Neste trabalho, como base, houve o uso de duas publicações acadêmicas são: “Toward Sustainable Human Development in Venezuela: diagnosis, challenges and economic strategy” escrito por Francisco Rodríguez e Guillermo Guerrero e publicado, em 2020, e o outro é “Toxic conflict: understanding Venezuela’s economic collapse” que foi publicado, em 2021, como resultado parcial da pesquisa desenvolvida por Rodríguez (2021).

Nos trabalhos supracitados, os dados utilizados foram os dados oficiais disponíveis pelos órgãos venezuelanos, quando disponíveis, porém, quando não, foram utilizados os números do FMI e do Torino Economics Red que é um departamento de pesquisa econômica de um banco de investimento dos Estados Unidos focado na América Latina, que publica um compêndio chamado Red Book (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020; RODRÍGUEZ, 2021).

O quadro econômico venezuelano tem sido marcado pela abrupta contração do PIB desde 2014 (já superior a 70%), pela queda de petróleo a menos da metade de 2014 a 2019, pela inflação de 200.000% em 2019 e pela presença de 65% da população abaixo da linha de pobreza. A hiperinflação até agora atingiu 49,9 milhões por cento de dezembro de 2017 a maio de 2020 (última impressão disponível do Banco Central) (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020). Conforme foi demonstrado, diversas são as sanções norte-americanas, vale salientar que os EUA eram os seus principais compradores de petróleo e que, a partir de 2019, passou a ser Rússia, China e Cuba. Nesse contexto, China e Rússia vetaram, em 2019, projeto de resolução apresentado pelos EUA ao Conselho de Segurança da ONU sobre a situação na Venezuela.

É evidente que essas mudanças e problemas com um país apenas, não levariam ao colapso venezuelano econômico, existem diversos fatores relacionados

que explicam essa situação. Rodríguez e Guerrero (2020) explicam que para entender essa economia e sua contração é necessário que se saiba sua condição essencial que é a especialização em petróleo, para demonstrar essa condição, evidencia-se que 95,6% das exportações do país, em 2012, foram de petróleo, além disso, os produtos químicos, metais e mineração, representaram 2,9% do restante das exportações, esses números refletem a vantagem dessa economia em produtos petroquímicos.

Sendo assim, a deterioração da relação da Venezuela com o Brasil não pode ser considerada como única responsável pela crise no país. A estrutura social e financeira de um país, mesmo que coadjuvante e de menor estatura no cenário mundial, não colapsaria pela perda de confiança, parcerias ou diplomacia com o Brasil. Esse declínio sobretudo em fatores macroeconômicos deve-se principalmente a fatores e características internas da maneira de conduzir o país no que diz respeito principalmente à diplomacia e relações comerciais.

A intensa especialização em petróleo faz com que a economia venezuelana esteja bastante vulnerável a choques externos. “A simple correlation between changes in oil prices and GDP growth delivers a 0.51 correlation between 2000 and 2016, with oil price variations accounting for 26% of changes in GDP”. (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020, p. 291). Geralmente, economias com essa alta correlação e volatilidade fazem poupanças, exploram mercados de capitais e adotam políticas econômicas anticíclicas para prevenção de colapso econômico.

As discussed by Hausmann and Rodríguez (2011), in a fully specialized economy – i.e., one that produces just one tradable good – with an open capital account, the endogenous capital stock will be directly related to the magnitude of resource rents. This does not happen in an unspecialized economy – one that produces more than one tradable good – since shocks to resource rents can be accommodated by shifts of productive resources to the other tradables sector (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020, p. 295)

O que significa que, a alta dependência de uma economia completamente especializada de suas receitas externas é consequência do fato de que, em tal economia não há setor de bens comercializáveis alternativo para compensar essa condição. Por isso, existem medidas que devem estar presentes de maneira perene nas políticas econômicas desse tipo de economia, porém isso ocorreu na Venezuela.

Rodríguez e Guerrero (2020) afirmam que o choque, por si só, apesar de ser muito importante de ser analisado não é o único fator que explica a economia venezuelana, pois há dois fatores que se correlacionam e são de suma importância,

que são as políticas e as instituições precárias, que foram incapazes de modificar a política econômica, quando necessário. Existem outras duas variáveis que explicam o colapso

The first one is that countries with high terms of trade volatility typically build up large reserves levels in order to insure against negative shocks. However, this did not happen during Venezuela's oil boom, despite the fact that the country enjoyed the largest positive terms of trade shock of major Latin American economies. International reserves were at USD 14.8bn at the end of 1998, when oil prices hit historic lows. By September of 2014, when oil prices started declining, they were only USD 21.3bn, an amount that is actually 0.4% lower than the 1998 figure in inflation-adjusted terms. And, while the government did build up some non-reserve savings in off-budget funds it also racked up significant liabilities. Therefore, the broader measure of net public sector external assets as captured by the public sector's international investment position rose by just USD 10.0bn in that period (or 1.2% of the country's cumulative oil export earnings during those years) (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020, p. 299).

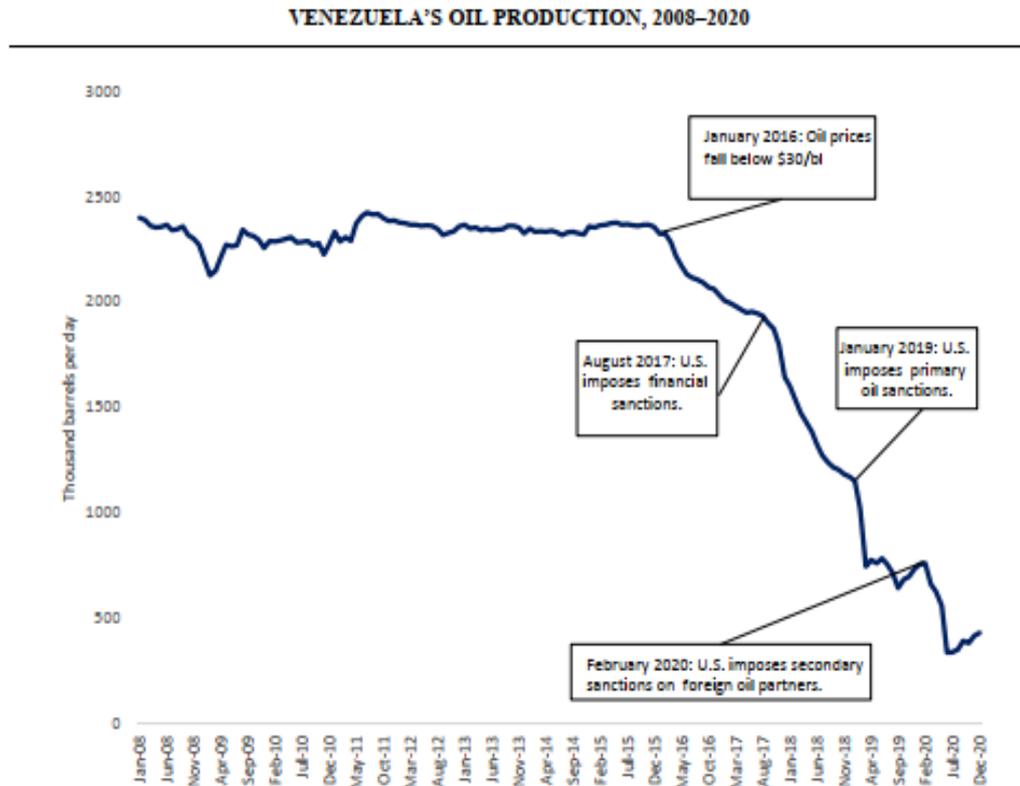
Observa-se, portanto, que além da dependência de um único produto para exportação, os gastos e investimentos não foram geridos de forma a produzir reservas que pudessem diminuir a crise em caso de choque. Conforme foi visto, o governo não incrementou suas reservas, em dezesseis anos, além disso, acumulou dívidas o que fez com que as reservas se deteriorassem mais rápido. Em consonância com o exposto, há dois adendos que devem ser feitos.

O primeiro é que a Venezuela tem uma produção de petróleo aquém da sua capacidade e o segundo é que a crise política ocorrida com a eleição e manutenção do poder de Nicolas Maduro são agravantes para a situação (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020). Em relação ao primeiro, a produção venezuelana é de menos de 1% de suas reservas, enquanto que a média da OPEP de 2,6% e a média mundial é de 5,0%. Em uma comparação com a Arábia Saudita que também tem alta reserva de petróleo, observa-se a disparidade, pois a reserva saudita de 266 bilhões de barris produz 10,5 milhões de barris por dia, enquanto a Venezuela, com 302 bilhões de barris em reservas, não conseguiu produzir mais de 3 milhões de barris por dia nas últimas duas décadas (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

Muitos são os fatores que podem indicar o porquê de a Venezuela seja incapaz de tirar proveito de sua riqueza petrolífera, Rodríguez e Guerrero (2020) afirmam que a imposição de altos impostos a indústria petrolífera de Hugo Chávez, em 2001, para financiar gastos sociais, é grande parte do problema. Os autores elencam três transformações legais, ocorridas no país, para sustentar essa afirmação, uma ocorrida

em 2001, outra em 2007 e outra em 2009, o gráfico a seguir demonstra esse entendimento.

Figura 1 – Produção de Petróleo Venezuelano



Fonte: OPEP, *apud* Rodriguez, 2021, p. 13

No primeiro referido ano, foi aprovada a Lei de Hidrocarbonetos que aumentou as contribuições fiscais dos produtores, que, conseqüentemente aumentou a alíquota de royalties e reduziu a alíquota do imposto de renda, porém descartou um regime tributário preferencial que havia sido concedido a investidores do setor privado durante a abertura do setor petrolífero na década de 1990. Em 2007, o governo também exigiu que investidores do setor privado aceitassem a conversão de seus contratos em participações minoritárias em joint ventures (JVs) que seriam controladas pela petrolífera estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA) e em 2009, o governo nacionalizou centenas de ativos de prestadores de serviços do petróleo (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

PDVSA was not just being saddled with numerous assets that it had no knowledge of how to manage; it was also taking on an increasing amount of debt. In order to fund higher spending, pay for many of the nationalizations while defending an overvalued currency, the government not only used the revenues from higher oil prices, but also took up greater levels of debt. The government's external debt rose from USD 29bn when Chávez took office to USD 138bn by 2017. This included USD 60bn of debt owed directly by PDVSA. All of this meant that PDVSA was not able to maintain the investment commitments it needed in order to develop the use of its oil reserves. The government launched several plans for expanding oil production, but PDVSA was never allowed to invest the resources necessary to carry them out (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020, p. 303).

Essas transformações desagradam os investidores internacionais, porém muitas transações foram mantidas, isso não significa que a PDVSA tenha se mantido firme, principalmente, devido aos diversos escândalos de corrupção em que a empresa foi apontada como participante.

A dependência de importação de produtos e a consequente perda de dólares fez com que a economia venezuelana sofresse e, a partir da chegada e manutenção do Maduro no poder, e as relações com os EUA, que eram seus principais compradores, se deterioraram, além das sanções impostas ao país, conseqüentemente, a crise econômica se aprofunda. Além dos fatores supramencionados, há outro adendo que contribuiu para findar a pouca capacidade de importação do país que é a alta inflação, como nunca tinha acontecido na Venezuela (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

O que se pode observar, conforme as ideias de Rodríguez e Guerrero (2020), é que as escolhas econômicas, influenciadas pelas escolhas políticas, do governo venezuelano, foram impedimento para o ajuste macroeconômico, porque alimentaram a inflação, deteriorou a eficiência da alocação de recursos e exacerbou a magnitude do colapso.

Em vez de desvalorizar em resposta a um choque externo negativo, o governo optou por manter uma taxa de câmbio supervalorizada e associa-la a um rígido controle de preços e câmbio. Também decidiu não ajustar os preços nominais de bens e serviços públicos para acompanhar a inflação, reduzindo efetivamente seu preço relativo e aumentando o custo fiscal de subsidiá-los (RODRÍGUEZ, 2021).

Optou por monetizar continuamente déficits de dois dígitos, esgotando os ativos externos e levando o país à hiperinflação, a decisão do governo de continuar o serviço de sua dívida externa por meio dessa crise de importação também atraiu críticas, embora a medida em que o governo poderia ter evitado o calote é uma fonte de

contenção. Desta história e parecem ter tido um efeito negativo na produção de petróleo, embora os dados estejam abertos a várias interpretações concorrentes. No entanto, as sanções financeiras e económicas impõem um constrangimento significativo à capacidade do governo de combater os desequilíbrios atuais (RODRÍGUEZ; GUERRERO, 2020).

As sanções petrolíferas impostas no início de 2019 (e as seguintes, sobretudo em agosto de 2019 e março de 2020) contribuíram seriamente para o agravamento da crise da economia, restringindo severamente a capacidade do país de comercializar petróleo nos mercados internacionais. Como resultado, estoques crescentes forçaram a PDVSA a reduzir artificialmente a produção para seus níveis atuais. Embora muitos fatores tenham contribuído para a implosão econômica do país, o fator próximo que causou a maior parte do declínio do país foi uma redução maciça nas importações geradas pela diminuição da receita cambial (RODRÍGUEZ, 2021).

Todos os acontecimentos supramencionados, atrelados a deterioração de relações econômicas com os Estados Unidos, países da América Latina e, especificamente, com o Brasil, que tinham relações econômicas fortes com o país, fez com que a economia venezuelana decaísse, porém o ápice desse problema e que agravou a crise humanitária do país, foi com a chegada da pandemia de Covid-19.

Conforme exposto, o governo Maduro tentou obter empréstimo do FMI, porém sem sucesso. A negação desse empréstimo pode ser entendida como a imposição da influência norte-americana nesse fundo, essa influência é afirmada por analistas como, Silva et al. (2019b) e Rapetti (2018). Além disso, sabe-se que a política externa de países fortes pode condicionar, estruturalmente, a política externa de países pequenos. Os Estados Unidos é um país chave para entender esse condicionamento porque é uma potência internacional desde o final da Primeira Guerra Mundial até a contemporaneidade (CRUZ, 2018).

Assim sendo, os EUA ditam as regras do jogo internacional, por qualquer meio, mas principalmente pelo âmbito institucional. Essa percepção é trazida por Cruz (2018), no livro “Estados e Mercados: os Estados Unidos e o Sistema Multilateral de Comércio”, que afirma que, os Estados Unidos defendem regras universais e o direito soberano dos Estados, desde que, esses valores não atrapalhem sua política externa, porque caso atrapalhem, eles a ignoram. Essa conclusão é feita a partir da observação da atuação norte-americana no sistema multilateral de comércio, especificamente, o

GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) e a OMC (Organização Mundial do Comércio) (CRUZ, 2018).

Cruz (2018) compreende que os processos políticos inerentes ao sistema multilateral de comércio, por meio da análise do comportamento dos EUA no seu interior. Ele conclui que o princípio da soberania dos Estados só é respeitado pelo país hegemônico, quando não atrapalha os seus interesses. Isso significa entender a dimensão econômica e política da ação de Estados fracos e fortes dentro do sistema internacional. Dentro desse contexto, e considerando que os EUA exercem seu poder de influência na América Latina, a deterioração das relações internacionais da região com o governo venezuelano é visível (CRUZ, 2018).

5 BRASIL E VENEZUELA: RELAÇÕES COMERCIAIS E DE SEGURANÇA

No setor econômico-comercial entre os dois países, foram estruturados intensas relação do intercâmbio comercial, como financiamento de serviços de engenharia pós-embarque, parceria energética, investimentos de infraestrutura e exportação de bens. Desde 2005 o Brasil é considerado o principal vetor do desenvolvimento da Venezuela, cuja cooperação ocorre em agricultura, energia e setor industrial (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

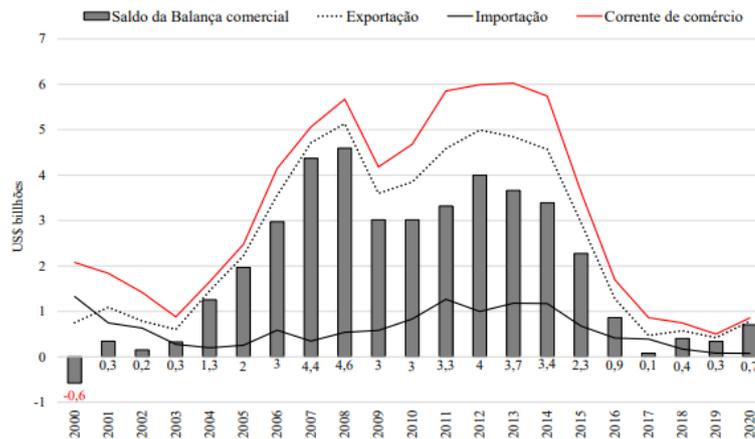
De acordo com Barros, Lima e Carner (2021), em pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o comércio bilateral entre esses dois países no ano de 2000 até 2020 apresentaram grandes oscilações com relações as exportações brasileiras, ou seja, no quadriênio (2003-2006) teve uma multiplicação de 5,9% no dólar nominal, porém, o pico da exportação ocorreu em 2008 e superou até 2016.

O Brasil é considerado um dos países mais industrializados do mundo e pode estar vinculado à Venezuela, com uma capacidade de energia de classe mundial. O Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2005, somou um PIB de US\$ 795.776 milhões, o que permitiu ao país recuperar a posição como a maior economia da América Latina e a décima primeira do mundo (ZURITA, 2006).

Barros, Lima e Carner (2021), relata que dados do Comex Stat-MDIC, teve em 2017 um registro do menor superávit no saldo da balança comercial brasileira para a

Venezuela, cujos dados estão entre os anos de 2000 e 2020, conforme apresenta a figura 1.

Figura 1: Evolução do comércio (2000-2020)



Fonte: Barros, Lima e Carneiro (2021)

Nota-se pela figura acima que as importações brasileiras da Venezuela tiveram um registro menor entre 2016 a 2020, e o déficit na balança comercial com a Venezuela, ocorreu no ano de 2000.

De acordo Barros, Lima e Carneiro (2021), mediante pesquisa realizada no IPEA, afirma que no ano de 2021 teve um leve crescimento nos intercâmbios desses dois países, cuja recuperação está sendo compreendida pela dinamização econômica ocorrida nas fronteiras, isto é, em especial a de Roraima.

Existem fatores externos que também tem contribuído para essa recuperação, ou seja, a sanção econômica sofrida pelo país andino, contribuiu fortemente para a reorganização do comércio brasileiro e venezuelano, onde o estado de Roraima se tornou um importante protagonista desta relação e está em grandes transformações, pois, têm experimentado um robusto desempenho econômico, melhorando rapidamente a média brasileira com recordes no comercio exterior (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

De acordo com os autores, comparando as exportações do ano de 2000, a exportação realizada por Roraima foi de 80 vezes maior, e a Venezuela se tornou a responsável pelo crescimento econômico desse estado brasileiro. Outro elemento importante no crescimento de Roraima economicamente foi a transferência de

recursos de programa sociais destinado a Venezuela devido à crise migratória que o mesmo estava passando (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

Já em relação a segurança regional dos países, existem três importantes elementos, ou seja, intercâmbios militares que acabam refletindo diretamente no movimento de distanciamento e proximidade, diferentes percepções sobre cooperação e ambiente de segurança na América do Sul, e também na ausência de transferência de armamentos ou ainda de projetos militares que ocorrem entre os dois países (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

A visão do chavismo em relação a arquitetura regional da defesa e segurança reflete diretamente na necessidade de criar uma aliança geopolítica e militar para poder fazer frente aos Estado Unidos, cujo entendimento era que uma cooperação na segurança e defesa seria um mecanismo antissistêmico e anti-hegemônico. Contudo, o Brasil diverge de tal pensamento, visto que, o mesmo construiu de forma histórica uma postura diplomática que impede as imposições sobre segurança vida dos Estados Unidos (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

Em relação a cooperação bilateral da defesa e segurança das proximidades e distanciamento, o Brasil reduziu o intercâmbio militar devido à crise de 2015. Em 2020 ocorreu a retirada dos diplomatas brasileiros da Venezuela, e com isso os militares brasileiros também foram retirados. Desde 2021, somente é enviado um militar para realizar curso superior de logística e comando da Venezuela (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

No caso do rearmamento e militarização, ocorrido dos anos 2000 a 2010, cujo processo decorreu ao embargo de armamentos dos Estados Unidos em 2006 contra a Venezuela. Neste ano, o Brasil foi impedido de exportar armamento para a Venezuela em decorrência de um embargo norte-americano, já que dependia da tecnologia dos Estados Unidos para a construção dos armamentos (BARROS; LIMA; CARNEIRO, 2021).

Sendo assim, dá-se o fim do ciclo do comercio de armamentos, ocorrendo a desaceleração da economia brasileira, a redução da demanda sul-americana e a perda das políticas externas, influenciando diretamente as exportações de armamentos de uma vez por todas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa brasileira foi muito modificada nos últimos anos principalmente por fatores ideológicos e político partidários. Sendo que a participação do país no contexto regional e na participação nos blocos de países, repercutiu na realidade e contexto social e financeiro da Venezuela. De laços muito fortes e relações comerciais e de parceria essa relação - até mesmo pela estatura de cada país- alterou mais significativamente a realidade venezuelana do que a brasileira.

Entretanto, a crise instaurada na Venezuela tem explicação principalmente na singularidade da sua economia, com uma alta dependência do produto petróleo. Essa dependência aliada a falta de alternativas internas e externa de produções de produtos bem como exportação de bens, proporciona à Venezuela uma falta de opções e uma realidade delicada sob o ponto de vista de relações comerciais, balança comercial e conseqüentemente sua economia. Essa crise na economia interna e externa do país gera conseqüências em todas as searas internas da sua população, como por exemplo, prestação de serviços básicos, desabastecimento, emigração, população sem condições de satisfazer as necessidades básicas do ser humano e uma crise política e diplomática sem potencial de melhora se analisado e pensado somente a curto prazo.

A crise multifatorial de um país jamais pode ser explicada sob o prisma de uma só análise, bem como não pode ser atribuída somente a um ou outro fator. A Venezuela viu sua situação se complicar por uma soma de fatores políticos, sociais, financeiros e sobretudo relacionais entre os países- principalmente seus vizinhos e os Estados Unidos da América- as decisões e o ambiente interno polêmico fez com que países importantes para a estruturação e organização da Venezuela enfraquecesse os antigos laços. Isso tudo repercutiu de maneira negativa na situação financeira, industrial e internacional de qualquer país no mundo.

Por intermédio de argumentos e informações trazidos à voga no presente artigo conclui-se que a crise financeira, social, trabalhista, econômica, política, institucional e migratória instaurada na Venezuela, é multifatorial. Suas causas vão desde fatores internos como o regime presidencial e a forma de governo adotada nos últimos anos, até fatores externos como sanções aplicadas a esse país e fim de relações importantes e produtivas.

Assim, percebe-se que a crise presente na Venezuela, não só tem o potencial e a possibilidade de perdurar por mais tempo, mas também de afetar também uma possível recuperação posterior, devido à resquícios de más relacionamentos políticos, diplomáticos e comerciais com países vizinhos. Esses más relacionamentos exteriores, bem como diversas crises menores no contexto interno, fez e faz com que o país passe por crise em todos os setores e sem projeção ou probabilidade de mudança a curto prazo.

Importante destacar também que diferentemente do que pode sugerir uma análise superficial, apesar do Brasil ter realmente mudado em relação a sua postura com a Venezuela, a política externa brasileira por si só não tem a capacidade de instaurar tamanha crise em todo o sistema venezuelano. O Brasil e sua política externa apenas- como tantos outros países- se afastou e divergiu da Venezuela em diversos aspectos e isso traz sim um prejuízo considerável tanto do ponto de vista político, comercial e diplomático quanto do ponto de vista institucional, porém esse afastamento e enfraquecimento da relação entre as duas nações não causou e nem poderia causar o aumento brusco de pessoas refugiadas ou abaixo da linha da miséria no país vizinho.

REFERÊNCIAS

AMORÍM NETO, O. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. **Opinião pública**, v. 8, p. 251-274, 2002.

AMORIM, E.C. Intérpretes do pensamento desenvolvimentista. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 214-242, 2017.

BARROS, P.S.; LIMA, R.C.; CARNEIRO, H.C. **Brasil-Venezuela**: evolução das relações bilaterais e implicações da crise venezuelana para a inserção regional brasileira 1999-2021. IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38700&Itemid=457. Acesso em: 23 Mar. 2022.

BASTOS, J.P.B.; OBREGÓN, M.F.Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro. **Derecho y Cambio Social**, v. 52, n.10, p. 1-16, 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Sessão do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**. MRE, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/sessao-do-orgao-de-consulta-do-tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar-nova-york-23-de-setembro-de-2019. Acesso em: 24 Mar. 2022.

CAMPOS, B.M.C. A aplicação do tratado interamericano de assistência recíproca (TIAR) à crise venezuelana de 2019. **Rev. direito GV**. v.18, n.1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/r53vwyTWRXgQkVHbn7ZBmDL/?lang=pt>. Acesso em: 24 Mar. 2022.

CHAVES GARCIA, C.A. A crise política na Venezuela e o papel do Grupo de Lima: balanço e desafios de sua ação diplomática. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, n. 1, pág. 177-193, 2020.

CLEMENTE BATALLA, I.; FERRO, L. O golpe de estado na Venezuela de abril de 2002 e sua proyección internacional. **Documento de Trabajo/FCS-UM**, n.63, 2004.

CORNETET, J.M.C. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014.

CRUZ, S.C.V. **Estados e Mercados**: os Estados Unidos e o Sistema Multilateral de Comércio. São Paulo: Unesp, 2018.

FERNANDA, J.D.; et al. Crise energética em Roraima, deterioração da Venezuela e a posição brasileira. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 73, n. 5, p. 32-34, 2019.

GALVÃO, T.G. **Parceria relutante: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)**. 2011. 579fl. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

GEHRE, T. O significado da parceria Brasil-Venezuela. **Carta Internacional**, v. 5, n. 2, p. 26-36, 2010.

GOMES SARAIVA, M.; COSTA SILVA, A.V. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, v.2, n. 64, 2019.

MALLMANN, V.H. **Relações Brasil-Venezuela durante o governo Temer: o afastamento do Mercosul**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

NEVES, L.; MELLO, P.C. **Seis países denunciam governo Maduro a tribunal internacional**. Folha de São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/seis-paises-denunciam-governo-maduro-a-tribunal-internacional.shtml>. Acesso: 03 fev. 2022.

RAPETTI, M. CEDES. **Centro de Estudio de Estado y Sociedad, Área de Economía**. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento (CIPPEC); Argentina. 2018. Disponível em: <http://repositorio.cedes.org/handle/123456789/4650>. Acesso: 03 fev. 2022

RICUPERO, R. A maior mudança da política externa. **Política Externa**, v. 21, n. 3, p. 6, 2013.

RODRÍGUEZ, F. Toxic Conflict: Understanding Venezuela's Economic Collapse. **Helen Kellogg Institute for International Studies**. University of Notre Dame. p. 1-53. 2021.

RODRÍGUEZ, F.; GUERRERO, G. Toward Sustainable Human Development in Venezuela: Diagnosis, Challenges and Economic Strategy. **Revista Tempo do Mundo**, n. 23, p. 285-344, 2020.

SANTISO, C. Promoção e proteção da democracia na política externa brasileira. **Contexto Internacional**, v. 24, p. 397-431, 2002.

SILVA, A.V.C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019a.

SILVA, C.G.; et al. **Estados Unidos, FMI e Hegemonia: a resistência da governança global estadunidense dentro das recentes transformações no Fundo Monetário Internacional (de 2010 a 2016)**. 2019. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019b.

SILVA, H.A.S. **A política migratória brasileira: as migrações no governo Bolsonaro.** 2021. 62 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Paraíba, Centro de Ciências Sociais, João Pessoa, 2021.

VENTURA, D.; BARALDI, C. A Unasul e a nova gramática da integração sul-americana. **Pontes**, v. 4, n. 3, p. 14-16, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pontes/article/view/77884/74633>. Acesso: 01 Fev. 2022.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. v. 29, n. 2, dez. 2007.

ZURITA, A. M. **Venezuela-Brasil: uma relação geoestratégica privilegiada.** Artigo. Carta Internacional. 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/Particular/Downloads/387-Texto%20do%20artigo-1193-1-10-20160407%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Particular/Downloads/387-Texto%20do%20artigo-1193-1-10-20160407%20(1).pdf) Acesso em: 01 Fev. 2022